

Uma utopia da presença

situando mundos desejados nos lugares, espaços e sociedades em que vivemos

Nicole Aguilar Gayard
Mylène Tanferri
Benjamin Raimbault
Zara Mirmalek

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GAYARD, N. A., *et al.* Uma utopia da presença: situando mundos desejados nos lugares, espaços e sociedades em que vivemos. In: SOUSA, C. M., org. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 169-201. ISBN: 978-85-7879-488-0. Available from: doi: [10.7476/9788578794880.0005](https://doi.org/10.7476/9788578794880.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

UMA UTOPIA DA PRESENÇA: SITUANDO MUNDOS DESEJADOS NOS LUGARES, ESPAÇOS E SOCIEDADES EM QUE VIVEMOS¹

*Nicole Aguilar Gayard*²;

*Mylène Tanferri*³;

*Benjamin Raimbault*⁴;

*Zara Mirmalek*⁵

Introdução

No século XVI, Thomas More retratou uma sociedade perfeita, localizada numa ilha denominada “Utopia”. Esta sociedade se inspirava na sociedade inglesa da época, em relação à qual

1 Ensaio redigido durante período em que os autores estiveram vinculados como Pesquisadores visitantes ao programa « Science, Technology & Society » da Universidade de Harvard.

2 Mestre e Doutoranda em Política Científica e Tecnológica, com enfoque nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, pela Universidade Estadual de Campinas.

3 Doutoranda em co-tutela, Universidade de Lausanne, Laboratório de Culturas e Humanidades Digitais e Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

4 Doutorando no Institut National de La Recherche Agronomique, Sciences et Société.

5 Pós-doutoranda do Programa Science, Technology & Society, Universidade de Harvard.

constituía uma visão oposta e aperfeiçoada. Na Utopia de More, dois elementos fundamentais pautavam a realização de uma sociedade justa e livre de iniquidades: a inexistência da propriedade privada e a perseguição de interesses da coletividade em lugar de interesses individuais (MORE, 2012).

A partir desta obra, utopias passaram a fazer referência a realidades imaginadas, nas quais uma ordem social desejada opera sem fricções com interesses individuais ou realidades materiais. As utopias carregam consigo uma concepção de ordem perfeita que não poderia ser alcançada pela realidade presente. As descrições utópicas assentam-se sobre uma *tabula rasa*, um cenário completamente novo, livre das complexidades, conflitos e heterogeneidade da vida social. Se estabelecem, portanto, a partir de um ponto de partida “em branco, do qual desaparecem interesses divergentes, a aflição e a miséria encontradas no mundo real. Assim, utopias não propõem soluções para os problemas reais, elas iniciam e desenham sociedades perfeitas a partir de um olhar crítico aos ordenamentos sociais considerados inaceitáveis, destruindo-os por completo em suas construções imaginárias.

De fato, as utopias parecem ter perdido seu lugar na imaginação política, em sua capacidade de resistência e questionamento das ordens sociais. Da parte de organismos de governança internacional e de governo nacionais, prevalecem orientações pela promoção de maior eficiência de órgãos de governo na condução do desenvolvimento. Este formato confirma o papel da burocracia estatal na manutenção da ordem e se orienta pelo aconselhamento de *experts*, sem promover, efetivamente, formatos de participação, envolvimento e questionamento por parte da sociedade. Em muitos casos, a direção da política a partir de conhecimentos especializados é apontada como um caminho certo, a orientar ações e imaginários sociais em direção a um mundo mais bem gerido e,

em uma relação “de cima para baixo (*top down*), termina por estabelecer objetivos comuns de governo a sociedades distintas.

Há, por outro lado, a persistência do que identificamos como uma “grande utopia” que se difunde pelas sociedades em escala global, relacionada aos sistemas de trocas, circulação e gestão: a utopia de “fluxos ilimitados. Esta utopia consistiria no fim de limitações materiais ao livre fluxo de pessoas, bens e informações, e fundamentaria tentativas de organizar e governar as sociedades em escalas cada vez maiores. A realidade social é imaginada como descolada das amarras espaciais e livremente conectada; e as subjetividades e materialidades percebidas como não apresentando fricções ou impedimentos à livre circulação⁶.

A utopia dos fluxos ilimitados pode ser percebida como um objetivo último das modernas tecnologias de informação e comunicação, ao almejar fluxos ilimitados de bens e ideias, configurando elementos-chave para alcançar uma coletividade perfeitamente governável - não localizada, não situada, e livre de contextos. Promove, portanto, uma virtualização das relações, pelas quais todos estes elementos podem ser geridos por redes virtuais. A grande utopia do nosso tempo poderia ser portanto descrita

6 A omissão das várias infra-estruturas que apoiam e sustentam a circulação de capitais, pessoas, materiais e morais, e as várias ações e atores necessários para construir e manter in loco esse tipo de aspiração universal é precisamente uma utopia. Estudos sociais de infra-estruturas de informação mostram, por exemplo, que as dimensões aparentemente virtuais, atemporais, livres do espaço - como a Internet-, estão, na realidade pautadas em pessoas e no trabalho empreendido para construir e manter essas infra-estruturas funcionais (STAR; RUHLER, 1994; EDWARDS, 2003; BOWKER et al, 2009). A possibilidade de inverter analiticamente (BOWKER ; STAR 1999) tais infra-estruturas para ver como elas funcionam e o que elas envolvem, denotando processos de negociação necessários para mantê-las, chama a atenção para o presente, o material, o situado e incorporado nos bastidores da utopia «universal».

como pautada em perspectivas universalizantes e objetivadoras do mundo social, na busca por superar as especificidades próprias à realidade, fundamentadas em processos de virtualização.

A política contemporânea parece, portanto, pautada por esta dualidade em relação às utopias: ao mesmo tempo em que rejeita o aspecto imaginado de sociedades almeçadas, focando em mecanismos de governo orientados por organismos internacionais para a promoção de melhoras “efetivas” nas sociedades – na promoção do “desenvolvimento –, aparece imersa em imaginações universalizantes e virtualizantes desta realidade social, em que as trocas e relações são, de fato, retiradas de seu lugar, de suas amarras, e tornam-se, em algum sentido, imaginadas. Realidade e utopias são percebidas como elementos excludentes, mas encontram-se, de fato, profundamente unidos nas construções do mundo social.

Este ensaio busca renovar nossa atenção sobre as utopias, situando-as no tempo presente, nas práticas quotidianas, nos movimentos de reprodução ou de contestação social. Argumentamos que as utopias podem ser percebidas nas “práticas” a partir das quais se pensam e buscam soluções para os problemas sociais. Para tanto, partimos do conceito de heterotopia, elaborado por Foucault (2004), que apresenta uma perspectiva *situada* do pensamento utópico, e incorporamos a concepção dos *imaginários sociotécnicos*, desenvolvida por Sheila Jasanoff e Sang-Hyun Kim (2009) a fim de entender os desejos de reforma como uma característica das sociedades presentes. Com base nestes conceitos, promove-se uma releitura sobre o reavivamento das utopias nas políticas contemporâneas.

Esta perspectiva conceitual nos permite introduzir casos específicos, que demonstram alternativas à perspectiva utópica de mundos virtuais e ausentes de fricção. Os casos retratam coletivos trabalhando em espaços e tempos situados, recuperando

a importância dessas dimensões para suas vidas e articulando diferentes versões de ordenamentos sociais ou demonstrando implicitamente a importância da interação entre significados e lugares. Os exemplos foram buscados em movimentos no Brasil (ocupação de escolas por estudantes em São Paulo), França (transformação do uso do espaço no aeroporto em *Notre Dame des Landes*), Suíça (novas formas de uso do espaço via habitações cooperativas) e nos Estados Unidos / China (reprodução de cidades ocidentais na China), pelos quais utopias foram criadas, transportadas e reformuladas. Discutimos estes exemplos a partir dos conceitos de heterotopias e imaginários sociotécnicos.

I - Utopias situadas: o corpo como utopia subjetiva e “outros lugares”

Os debates sobre utopias remetem à ideia de fuga, a uma perspectiva externa à realidade, onde a imaginação permite um mundo perfeito. Se tomamos a palavra utopia em seu sentido literal (em grego, “sem lugar”), o pensamento utópico nos direciona a uma rejeição do presente, confundindo nossas capacidades de perceber e transformar nossos próprios locais e situações. A abordagem proposta por Foucault, entretanto, apresenta uma perspectiva das utopias como ancoradas em seu lugares e contextos de formação.

De acordo com Foucault, todas as utopias têm sua origem na localidade e realidade originais: no corpo, nos lugares, nas sociedades em que vivemos; de onde decorre uma imbricação necessária entre utopia e seu lugar/situação de produção e da importância de voltar a essas condições. Foucault revela o corpo humano como o contexto local e material a partir do qual as utopias são concebidas. O corpo é descrito como a localização absoluta de todo indivíduo, de onde podemos ver, imaginar, sentir e interpretar a realidade.

Neste sentido, o corpo é descrito como o local (a *topia*) implacável, à qual estamos permanentemente presos, fadados a conviver com suas imperfeições e defeitos, sentir através dele as feridas e angústias. Assim, para o sociólogo, a primeira utopia consiste em se libertar deste corpo, trocando-o por uma versão aperfeiçoada (FOUCAULT, 2009).

Nos trabalhos de Foucault, o espaço não é uma dimensão neutra e objetiva, mas algo que é criado, organizado e polarizado por tecnologias de poder. Em “Vigiar e punir”, o espaço é retomado na análise das instituições modernas, como prisões, hospitais ou escolas, que são interpretadas como espaços de reprodução social e ascensão da sociedade disciplinar. Nestes espaços específicos, formas sociais são reproduzidas, ordenamentos são criados e reforçados (FOUCAULT, 1987).

Alguns anos antes, em uma conferência dedicada a “outros espaços”, Foucault considerou o espaço como uma categoria analítica central, crucial para o que ele chamou de heterotopia. O objeto deste conceito são os espaços alternativos (*hetero-topias*, outros espaços) criados pela sociedade, onde é possível produzir “uma espécie de contestação ao mesmo tempo mítica e real do espaço em que vivemos”. Estes espaços alternativos, ou heterotopias, variam eminentemente de acordo com o tempo e a cultura. Assim, uma escola ou um quarto de motel consistem em heterotopias circunscritas, isoladas, onde atividades tais como a educação, o crescimento ou a relação sexual possam ocorrer fora de vista⁷ (FOUCAULT, 2009).

7 Como os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia têm mostrado ao longo de décadas, o laboratório é uma das mais poderosas heterotopias da modernidade. O laboratório é um local que se liga a todos os outros juntos, enquanto separando ao mesmo tempo suas atividades de pesquisa. Em seu artigo «Give me

O que interessa a Foucault no conceito de heterotopia é pensar a heterogeneidade dos processos sociais que ocorrem nos “outros espaços, a fim de propor critérios que permitam identificar as relações destes espaços com a sociedade.

II – Lugares utópicos, espaços fechados

A imaginação de utopias costuma trazer à mente espaços de vida envoltos em determinadas fronteiras, naturais ou artificiais, flutuando no espaço ou localizados em outro planeta. Nas conceituações clássicas de utopia, a dimensão espacial costuma aparecer contida: a utopia de Thomas More é constituída por uma ilha cercada por águas, dentro da qual um segundo círculo de água constrõe outra divisão entre vida em periferia e vida no centro (Imagem 1).

Quatrocentos anos depois, a ideia de utopia é atualizada, com o auxílio de tecnologias que refletem a chegada da Era Espacial. Em meados do século XX, alguns países competiam ativamente na conquista espacial, com o envio de veículos e humanos para o espaço orbital. Parte do apelo discursivo em conquistar o espaço era a idéia de vida em outros planetas e a possibilidade de habitá-los.

a laboratory and I will raise the world» Latour (1983) mostra como o laboratório de Pasteur foi construído tanto como um lugar que combina atores heterogêneos / actantes (por exemplo, exploração agrícola, carneiros, bactérias, agricultura francesa), enquanto sendo o único lugar onde é possível estabelecer o conhecimento científico, um «ponto de passagem obrigatório». De forma mais contundente, os laboratórios são descritos como lugares específicos onde os « fatos científicos » são produzidos. O recurso experimental parece ser um elemento essencial na heterotopia contemporânea.

O apelo deste ideário se baseava nas experiências de guerra e na necessidade de ampliar horizontes e espaços habitáveis⁸.

De fato, a ideia de viajar e viver no espaço representou uma extensão do folclore tradicional norte-americano, como uma nação fundada por colonos em busca de expandir suas fronteiras. Uma das principais instituições da Era Espacial, a Agência Espacial Norte-americana (National Aeronautics and Space Administration, NASA), incentivou a imaginação desta nova utopia. Uma imagem produzida por esta agência se baseia na tecnologia do plástico maleável, tecnologia inventada no início da Era Espacial. A “utopia proposta pela NASA era de uma comunidade totalmente fechada em órbita no espaço (Imagem 2).



Imagem 1 - A utopia de More

8 Embora as utopias do espaço sideral não abordam especificamente quais cidadãos seriam bem-vindos, o período pós-Segunda Guerra Mundial forneceu um contexto histórico que fez qualquer visão de lugares harmoniosos e livres da guerra como uma visão desejável, um contraponto necessário à disputa do espaço através da guerra.

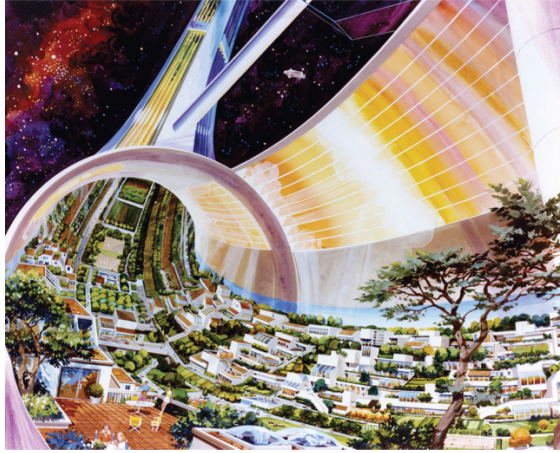


Imagem 2 - Colonia espacial da NASA⁹

Estas imagens de utopias representam espaços ideais, edifícios e ordens sociais, e transmitem valores e hábitos através de tecnologias de construção e paisagens (GAGLIARDI, 1990). Ao observar as duas representações acima, é possível identificar o predomínio de altos edifícios, em meio a uma paisagem com algumas representações da natureza. Cada imagem reflete as tecnologias de construção e arranjos típicos da época em que foram produzidas. As representações congregam aspectos do mundo natural e tecnológico combinados, reproduzindo ideias pautadas nas vivências existentes.

Estas representações levantam aspectos inclusivos e exclusivos da utopia. Os formuladores de utopias demarcam que tipos de

9 Fonte:http://settlement.arc.nasa.gov/75SummerStudy/able_of_Contents1.html; <http://settlement.arc.nasa.gov/>; <http://www.nss.org/settlement/physics-today.htm>.

natureza são incluídos (por exemplo, ambas as imagens representam parte da flora) e excluídos (por exemplo, na imagem 2 seres humanos precisam de um escudo entre si e espaço exterior, ao fim de criar uma atmosfera na qual possam respirar). É possível questionar: o que acontece com as pessoas? Quem habita estas utopias? As pessoas não são visíveis nessas representações. Em vez disso, constam seus domicílios imaginados, seus “espaços contidos, suas heterotopias, no âmbito das quais suas relações deveriam se desenvolver, distantes do espaço público.

Os próprios edifícios consistem em representações que indicam como as pessoas deveriam viver, em que tipo de ordem, e com que tipos de relações tecnológicas. Castelos, igrejas e habitações suburbanas levam à mente pessoas específicas e seus status socioeconômicos. Estes edifícios são contemporâneos à época em que as representações das utopias foram produzidas. Esta é uma indicação de como podemos identificar aspectos contemporâneos das utopias. Mesmo diante do desejo de escapar da realidade, utopias não são constituídas no vazio.

III - Imaginários sociotécnicos

O conceito de imaginários sociotécnicos, desenvolvido por Jasanoff e Kim (2009), e posteriormente elaborado por Jasanoff (2015), fornece um entendimento acerca das relações entre imaginações e realidade para compreender escolhas sociais a nível nacional ou comunitário. Inicialmente propostos para compreender como Estados realizam escolhas envolvendo ciência e tecnologia de acordo com suas preferências e visões culturais, o conceito também pode ser utilizado para analisar escolhas científicas e tecnológicas por arranjos comunitários e coletividades em geral.

Os imaginários sociotécnicos são definidos como «formas coletivamente imaginadas de vida e ordem sociais, refletidas no projeto e realização de empreendimentos científicos e/ou tecnológicos específicos a uma nação» (JASANOFF; KIM, 2009, p.120). São, desta forma, um futuro imaginado por uma nação (ou coletividade) como desejado, atingível e preferível dentre outros futuros ou trajetórias, e envolvem escolhas sociais, tecnológicas, dentre outras, que passa a ser perseguidas pelas políticas nacionais. Revelam, neste sentido, decisões sobre ordenamentos entre ciência, tecnologia, materialidade e sociedade.

Esses imaginários encontram-se inscritos nas culturas políticas e institucionais, e se relacionam a expectativas comuns na busca e perseguição do que é traçado como “melhor cenário futuro. Os imaginários sociotécnicos são construídos no presente, mas referem-se a futuros preferíveis, a serem perseguidos. Diferentes imaginários podem coexistir dentro de uma sociedade, proveniente de indivíduos, empresas, movimentos sociais ou outras partes da comunidade. No entanto, eles se tornam imaginários quando ganhar força ao longo do tempo, tornando-se perspectivas dominantes no seio das comunidades (JASANOFF, 2015).

O conceito de imaginários sociotécnicos nos permite compreender os caminhos que os projetos idealizados percorrem até suas realizações na esfera pública e social. Esta abordagem recusa uma perspectiva linear do desenvolvimento tecnológico e aponta para uma ampla gama de possíveis trajetórias tecnocientíficas, dirigidas por escolhas públicas e influenciadas de acordo com diferentes contextos e culturas. A imaginação é considerada como um importante recurso cultural que permite novas formas de gestão, para “projetar futuros objetivos positivos e procurar alcançá-los” (JASANOFF; KIM, 2009).

A ênfase nos recursos imaginativos para a prossecução de um bem público expande abordagens tradicionais que se focadas em recursos materiais e organizacionais. Neste ensaio, argumentamos que é possível identificar semelhanças e potencialidades ao aproximar o quadro dos imaginários sociotécnicos da conceituação de heteropias por Foucault. Reconhecendo a importância da cultura, das estruturas, da materialidade e do conhecimento acumulado na construção de imaginários, os imaginários sociotécnicos trazem novos elementos a uma perspectiva que reconhece a importância dos lugares na reprodução da vida social – seja nos espaços públicos, seja nas *heterotopias*.

Os conceitos de imaginários sociotécnicos e de heterotopias apontam para a possibilidade de revisitar o mundo atual e resistir a estruturas consideradas opressivas. Isto irá ser discutido nos casos abaixo.

IV – Quatro exemplos de utopias situadas

A- Aeroporto Notre-Dame des Landes (NDDL): uma heterotopia de conflito

O projeto de construção de um aeroporto internacional nos arredores da pequena cidade de Notre-Dame des Landes (parte oeste da França) continua aparecendo nas manchetes dos principais jornais franceses. A história começou em 1963, quando o presidente De Gaulle decidiu construir um aeroporto internacional, a fim de descentralizar o tráfego do aeroporto de Paris. Rapidamente, o projeto foi objeto de intensa contestação, inicialmente pelos agricultores cujas terras estão incluídas na Zona de Desenvolvimento Específico (em francês, Zone d'Aménagement Différé, ZAD) e encontram-se ameaçadas pela construção do aeroporto. Na década

de 70, o projeto foi temporariamente suspenso, principalmente por causa da crise do petróleo e de inúmeros protestos no local. O plano para NDDL foi reativado no início dos anos 2000 pelo governo socialista de Lionel Jospin. Quarenta anos após a sua criação, os argumentos a favor do projeto mudaram, orientando-se para a “necessidade” de desenvolver fluxos internacionais econômicos e humanos alinhados com o mundo globalizado.

Em 2008, depois de anos de resignificação dos argumentos e de procedimentos de consulta pública, o projeto foi declarado como utilidade pública. No entanto, isto marcou o início de uma grande oposição de agricultores e de movimentos sociais que denunciam o projeto como a negação de compromissos ambientais tomados anteriormente pelo governo francês, relacionados à destruição de uma área preservada da agricultura intensiva. Novos estudos de impacto ambiental foram lançados por empresas especializadas, que também experimentaram métodos gerenciais aplicados à biodiversidade (DAUGUET, 2015).

As inúmeras mobilizações, procedimentos e apelos à corte tornaram o caso de NDDL um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos na França. O que é notável neste caso é a dimensão situada de contestação. Os opositores ocuparam o espaço inicialmente dedicado ao aeroporto e o rebatizaram como Zona A ser Defendida, mantendo o mesmo acrônimo (ZAD) do projeto de governo. Uma parte dos opositores passou a ocupar permanentemente a ZAD para impedir o início dos trabalhos de construção. A vida da comunidade organizada em torno da resistência ao projeto foi estabelecida e regularmente marcada por confrontos com as forças policiais.

A polissemia da sigla ZAD mostra como o caso do aeroporto NDDL representa um conflito entre dois modelos de apropriação espacial, construindo uma nova heterotopia. Esta heterotopia,

resultante da relação conflituosa entre projetos distintos, resulta em que a zona não permaneça como espaço de produção agrícola, nem como aeroporto, mas seja transformada em um *espaço de resistência*. A nova heterotopia pode ser lida como parte do conflito inerente às origens do pensamento utópico: um conflito sobre como se desejam organizar os espaços e nossas relações uns com os outros.

Por um lado, do ponto de vista governamental, a zona é concebida como um centro que reorganizaria parte do espaço econômico e social do noroeste francês. A construção do aeroporto colocaria a região no coração do Espaço Económico Europeu (EEE), enquanto racionalizaria os fluxos de passageiros fora da área de Paris. De acordo com o que temos descrito anteriormente, o aeroporto é um lugar performativo da ideia de livre circulação de bens e pessoas em um espaço aberto; ele é por excelência um não-lugar¹⁰ (AUGÉ, 1992). O caso NDDL também mostra a condição material desta utopia e a incapacidade de torná-la concreta a partir do nada. Há um espaço a ser desenvolvido, faixas de avião e estradas a serem construídas para organizar o território.

Por outro lado, a zona é imaginada como um baluarte a ser defendido, um lugar único a ser preservado. Parte do trabalho dos ativistas é tornar a área do aeroporto como única, destacando suas singularidades, humanas ou não-humanas. Ressalta-se, neste sentido, a necessidade de proteção de espécies locais contra o trítio, apresentada por ambientalistas. O ZAD é também o lugar a partir do qual é possível imaginar outros futuros possíveis longe do futuro “necessário” de uma globalização dolorosa. Assim, muitos

10 Se um lugar pode ser definido como a identidade, relacional e histórica, um espaço que não pode ser definido em termos identitários ou como relacional, nem como histórico definiria um não-lugar (AUGÉ, 1992, p.100).

slogans não só exigem o abandono do projeto do aeroporto, mas também evocam uma rejeição do “mundo” que acompanha a sua construção. O acrônimo Zona A ser Defendida foi então recuperado por outros grupos na França para se opor a projetos de desenvolvimento, que ocupam territórios da mesma forma.

Em confronto com a contestação e as reivindicações dos ativistas, o principal desafio dos estudos de avaliação do impacto ambiental não é mais de negar os danos ambientais resultantes da construção do aeroporto, mas de demonstrar demonstrando como esses danos podem ser compensados. Em outras palavras, trata-se de transformar “a” região em “uma” região qualquer, comparável a qualquer outra, em qualquer lugar. A comensurabilidade dos territórios com base em argumentos científicos é um elemento-chave da compensação ecológica, uma vez que elimina a especificidade dos lugares e permite reorganizar o espaço que perde assim suas especificidades.

Resumindo, o caso do aeroporto NDDL mostra que podem existir contradições radicais entre heterotopias, mas especialmente, o caso demonstra a importância de ocupar o espaço para tornar permanente uma tal heterotopia. Além disso, o caso levanta a importância do conhecimento, que pode ser situado ou extraído de seu local para sustentar pretensões ao universal (HARAWAY, 1988) como um recurso para legitimar ações, reunir pessoas, e tornar as heterotopias credíveis. Finalmente, gostaríamos de insistir na dualidade do conceito de “experimento” que poderia ser visto em seu sentido analítico, ou seja, uma forma de testar um novo dispositivo para organizar o espaço, enquanto integra as críticas ecológicas, mas também em um sentido mais prescritivo, como um modo de ação para defender e concretizar heterotopias minoritárias.

B - Reorganização e Resistência em São Paulo

Em setembro de 2015, o governo do Estado de São Paulo anunciou uma reorganização do seu sistema de ensino público, que se iniciaria no ano seguinte, levando ao encerramento de 94 escolas de funcionamento e o deslocamento de mais de 311 mil alunos¹¹ para outras escolas. Este anúncio desencadeou um movimento de resistência de grandes proporções, amplamente coberto pela mídia nacional. O objetivo declarado da política de reorganização escolar era implementar um novo modelo, baseado em escolas divididas de acordo com a “ciclos” – atribuindo diferentes idades e estágios de ensino em diferentes edifícios. Famílias, conselhos escolares e os alunos não haviam sido consultados ou previamente comunicados da decisão.

Insatisfeitos com a decisão, considerada pouco transparente e imposta a partir “de cima, sem participação ou consulta de alunos, famílias e funcionários afetados, iniciou-se um movimento de ocupação das escolas por todo o Estado, realizado pelos próprios alunos. A mobilização estudantil congregou demandas diversas e foi principalmente pautada pela objeção a um histórico de baixa atenção do governo em relação à educação pública. Dentre as críticas à proposta, também constava a desconfiança dos reais motivos do fechamento das escolas, constantemente acusado de ser conduzido por interesses privados, voltados à liberação de espaços urbanos valorizados para disponibilização a outras finalidades. A

11 Fonte: “Reorganização atinge 311 mil alunos e ‘disponibiliza’ 94 escolas de SP”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/reorganizacao-escolar-em-sp-tem-94-escolas-que-serao-disponibilizadas.html>>. Acesso em: Mar. 2016.

exigência fundamental era o cancelamento do plano de reorganização e uma maior atenção ao sistema de ensino.

Inspirados pelo movimento em São Paulo, alunos do Estado de Goiás também iniciaram movimentos de ocupação escolar, chamando a atenção para grande insatisfação com as políticas educacionais. Ao final do ano de 2015, mais de 200 escolas haviam sido ocupadas no Estado de São Paulo por alunos de diferentes idades, e vários protestos haviam sido realizados nas ruas da capital do estado. O movimento chamou a atenção nacional pela sua longa duração, com ocupações que ultrapassaram dois meses de duração; pela participação maciça de estudantes e, sobretudo, pela faixa estária dos manifestantes, adolescentes e pré-adolescentes.

A resistência evidenciou de maneira vívida uma profunda disjunção entre políticas e processos de tomada de decisão do Estado e as demandas, anseios e realidades da população usuária dos serviços públicos. A posição do governo durante grande parte do período das ocupações foi marcada pela intransigência em reconsiderar a política, e pela tentativa de reaver os espaços por meio judiciais, sem apresentar abertura ou espaços de debate.

Em 29 de novembro, uma reunião do Departamento de Educação foi gravada e seu conteúdo foi divulgado à imprensa. No áudio, o Secretário de Educação paulista, em meio a cerca de 40 diretores de escolas públicas, orientava uma ação para a quebra da resistência. O representante de governo tomou como base os meios judiciais em curso para a implementação da reorganização escolar. Além disso, demonstrava pouco reconhecimento das demandas dos alunos, tratando a situação como um “estado de guerra”. Na visão do Secretário, era necessário desmoralizar os grupos contrários à reorganização, respondendo às ocupações com “práticas de guerrilha”, incluindo a fotografia de placas de veículos nos arredores das escolas ocupadas e ações contra o Sindicato dos Professores.

Após a divulgação do conteúdo da reunião, em 04 de dezembro, o governador do Estado, Geraldo Alckmin, fez um pronunciamento adiando a reorganização, com a promessa de aprofundar o diálogo com os estudantes, famílias e funcionários. A declaração marcou o início da desocupação das escolas edifícios (SANTIAGO, 2015).

Embora não seja possível afirmar, até o presente momento, que a política educacional tenha efetivamente cumprido a promessa de maior inclusão e diálogo com os usuários afetados, as ocupações demonstraram a importância do espaço, de seu uso e de imaginários conflitantes no resultado final de um projeto político. No caso, o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo não incluiu as perspectivas dos alunos, principais usuários do sistema educacional.

Tanto como no exemplo de NDDL, o uso dos espaços foi fundamental para a afirmação da resistência, e na promoção de um imaginário de ocupação do espaço escolar distinto daquele encampado pelo governo. As ocupações representaram uma releitura do espaço escolar, que se transformou em espaço de resistência, tanto quanto um sentimento de apropriação e de pertencimento àquele espaço. Os alunos se alternavam em turnos, garantindo uma presença constante dentro das escolas. No interior dos edifícios, eram realizadas diferentes atividades que sustentavam a ocupação – como produção das refeições – e promoviam o debate sobre educação pública, o papel da escola, entre outros temas correlatos. Algumas ocupações foram visitadas por artistas bastante conhecidos, como músicos e cartunistas, que apresentavam seu apoio ao movimento, participando dos debates e fazendo apresentações. Cabe ressaltar que a mídia alternativa teve um papel predominante ao divulgar as atividades internas, as posições dos estudantes, o apoio de setores artísticos e intelectuais, que não eram reproduzidos pela grande mídia.

Neste sentido, os movimentos de ocupação, tanto em São Paulo como em NDDL, podem ser considerados como uma forma de apropriação alternativa de um espaço social, considerado por Foucault como heterotópico. Para o autor, as heterotopias são lugares físicos excluídos dos demais espaços culturais ordinários da sociedade, mas que reproduzem ou contêm as diferenças da norma social, o “específico”. Neste sentido, possuem uma relação de sustentação do modelo social vigente, na medida em que contêm, dentro de si, os desvios da norma ordinária. É o caso das prisões, casa de repouso, cemitérios, entre outros. Para o autor, “a heterotopia tem o poder de justapor em um único espaço real vários espaços”, que são incompatíveis entre si (FOUCAULT, 1967). Seguindo essa definição, as escolas também podem ser descritas como heterotopias, na medida em que são espaços contidos de formação, educação, adequação à norma social, e, ainda, de planificação da sociedade, na medida em que estabelecem um conteúdo comum, uma narrativa, aos alunos.

As escolas possuem, na sociedade, um lugar e simbologia específicos. As ocupações promoveram uma leitura e utilização alternativa deste espaço. Tradicionalmente, a escola desempenha o papel de espaço contido com a finalidade de educar as crianças dentro dos limites de uma política de educação formal, orientada pelo Estado. As ocupações transformam esse espaço em uma arena de resistência, apontando para diferentes leituras das relações entre Estado e estudantes. O espaço destinado ao ensino foi apropriado por seus usuários como um lugar para a difusão de reivindicações, onde seus ocupantes formais - estudantes - demandam ser levados em consideração e inseridos nos processos de tomada de decisão.

O movimento também apontou para a inadequação de um planejamento utópico de macroestruturas com base em decisões de cima para baixo, justificadas por argumentos técnicos pouco

publicizados ou debatidos. O plano de reorganização com base na relação custo-eficiência, imaginando que estudantes e funcionários são facilmente deslocáveis -sem as fricções próprias da subjetividade, da sensação de pertencimento, ou mesmo das realidades individuais de alunos que residem espaços afastados das novas escolas às quais foram destinados-, foi contestado por diversos constrangimentos *reais*, apresentados pelo espaço e pela sociedade. Estes elementos dependem da real vivência e experiência no espaço e nas relações para serem considerados. Neste sentido, a resistência à política escolar em São Paulo é um exemplo de conflito sociopolítico, tendo como principais elementos o espaço, a comunidade, os laços sociais, como indissociáveis uns dos outros.

C - Cooperativas de habitação, direitos de propriedade e (auto) definições dos sujeitos na Suíça

A baía do Lago de Genebra, na Suíça, é um lugar de especulação imobiliária há mais de vinte anos. A possibilidade de viver em uma casa, neste espaço tranquilo e de belas paisagens naturais tornou-se um privilégio caro, imerso em uma rede de propriedades privadas composta por regras fiscais, jurídicas e econômicas. Formas de moradia alternativas, incluindo assentamentos e moradias irregulares, às margens da propriedades privadas foram gradualmente sendo coibidas pelas autoridades, e abrindo espaço para a especulação e a construção de edifícios luxuosos por grupos imobiliários. A disputa pela ocupação do espaço ocorre com a participação das autoridades no endurecimento progressivo contra as violações dos direitos de propriedade. Neste contexto, alguns grupos se organizaram em torno de alternativas que lhes permitissem, dentro do quadro jurídico, garantir um espaço de vida acessível

economicamente, mas também pautado por outros direitos que incluíram questões de pertencimento e apropriação do espaço.

Kamila faz parte de um grupo que se organizou em uma habitação cooperativa (HC) desde 2012 para comprar uma propriedade abandonada na beira do lago, listado como patrimônio histórico da região. Composto por vinte e quatro pessoas, este grupo é parcialmente baseado no que Kamila descreve como uma “utopia em comum”. Esta utopia – um quadro de valores e crenças sobre como a coletividade deveria ser gerida – sustentou as regras do trabalho de restauração do edifício e a sua distribuição entre os membros, mas também o uso e a repartição dos espaços de moradia na casa. A renovação do edifício está programada para oferecer duas cozinhas compartilhadas, geladeiras comuns, máquinas de lavar coletivas, uma biblioteca e um salão comum. Há também um plano para uma horta que será cultivada por todos.

As cooperativas de habitação suíças geralmente têm uma administração separada para os membros não terem de se preocupar com a manutenção e administração das tarefas. Essas tarefas são geralmente confiadas a uma empresa especializada. O projeto ao qual pertence Kamila é baseado em uma outra visão da propriedade residencial. Na cooperativa, o espaço comum – o edifício, o bairro – é gerenciado por aqueles que ocupam-no diretamente, sem a intermediação de representantes ou terceiros. Neste sentido, a cooperativa colocada em jogo pelo grupo inverte e questiona, especialmente nas cidades, a ocupação do espaço por seus moradores. Quais são as regras não escritas aos quais os moradores das cidades modernas aderem e que reproduzem diariamente para que seus movimentos se mantenham fluidos e seus encontros discretos? Como se organizam para compartilhar espaços sem se conhecer um ao outro? Kamila diz que a utopia em comum apoiou os membros durante a fase difícil das reformas da casa. Na frente de cada dificuldade

ou problema, a utopia ajudou a reforçar as tropas e restaurar a vontade de trabalhar, proporcionando uma meta coletiva pela qual os problemas peculiares poderiam ser relativizados e/ou serviria como um compasso para orientar soluções. Ela explica que o grupo se distinguiu com este ideal de convivência para seu projeto de habitação, em oposição a uma perspectiva individualista. Foi este ideal que reanimou a vontade de continuar, apesar dos importantes problemas legais ou financeiros que encontraram. Esta foi a marca do grupo enquanto o projeto se desdobrava, ter uma visão específica de como eles queriam viver juntos, como uma forma ideal de organização, melhor do que as possibilidades oferecidas em espaços coletivos tradicionais.

No entanto, se as reformas trouxeram a sua parte de problemas, esta mesma organização do trabalho e da distribuição dos espaços gradualmente minaram a coesão do grupo. Os interesses de cada um, de acordo com Kamila, voltaram a pesar na balança. Na frente de injustiças sentidas por alguns, a utopia da comunidade não se mostrou suficiente. Longas discussões de regras e explicações de definições implícitas do que seria a igualdade e como deveria ser feita a coexistência foram desenvolvidas. Reescreveu-se progressivamente o projeto coletivo de forma a torná-lo adequado, na percepção de todos, às novas perguntas e incompatibilidades de pontos de vista ou de definições. Os participantes perderam um pouco de seus desejos utópicos no processo, para adequarem-se ao que foi sentido como a “realidade” da vida cotidiana e sua necessidade de organização material, como descreve Kamila. Uma vez a crise ultrapassada, ela sente a possibilidade de emergência de uma utopia coletiva renovada .

Incorporar uma utopia de comunidade para além do discurso mostrou ser um longo processo, permeado por negociações e conflitos. A proposição de um espaço alternativo aos modos

contemporâneos de habitação não é um processo óbvio ou facilmente gerenciado. Exige uma reflexão profunda e um trabalho de legitimação adicional, pois não faz parte dos tradicionais circuitos de locação e venda de moradia que predominam nas relações de propriedade e de habitação. Envolve não apenas elementos ligados à situação de cada participante, mas também depende de novas formas de interação, às quais os participantes não estão acostumados. Nesta situação, não existem regras pré-estabelecidas às quais possam recorrer para justificar suas ações; é preciso constantemente reformular argumentos de forma a convencer o grupo para a tomada de decisões corriqueiras e cotidianas.

A cooperativa representa um espaço de novas interações e, ao mesmo tempo, inscreve-se materialmente entre apartamentos individuais e as casas de família nos formatos de propriedade tradicionais. Neste sentido, a HC funciona plenamente como uma heterotopia foucaultiana interrogando as formas de vida que as residências tradicionais oferecem. A cooperativa permanece registrada em um espaço específico que circunscreve o lugar no qual ela pode implantar a sua utopia da vida em comunidade. Esta utopia, por sua vez, é transmitida e atualizada em diferentes espaços, para ser incorporada sob formas específicas e localizadas. A cooperativa ainda está listada em (e precisando de) todo o sistema fiscal, inscrita dentro das redes jurídicas e econômicas que o grupo procura respeitar para poder continuar com o projeto, ligada à região em que a casa está localizada. Seus habitantes permanecem sujeitos às regras e normas que ali se aplicam. No entanto, a cooperativa reflete essas regras e se constrói sobre os vácuos existentes nas legislações e normas sobre o uso do espaço, conferindo-lhes uma interpretação própria.

A cooperativa propõe um desafio à reprodução das tradicionais regras de espaço e habitação, geralmente pautadas em moradias

individuais e familiares. Este desafio abre um espaço de contestação a partir do qual as regras e suas consequências podem ser observadas e interrogadas, na realidade concreta, material e presente. Kamila contou as dificuldades para que o projeto se adequasse aos regimentos e leis. A posição da cooperativa dentro do quadro legal teve de ser explicada muitas vezes a funcionários do estado. As suas interpretações entraram às vezes em conflito com as interpretações tradicionais, e eles tiveram que se ajustar e buscar meios de se legitimar para garantir o cumprimento de suas demandas.

A cooperativa oferece um espelho para os direitos de propriedade em que esses direitos são ligeiramente deformados, de acordo com os vácuos legais que regulam a ocupação do espaço. Também configuram um espelho nas organizações e reorganizações de formas de habitação, que pode oferecer outro reflexo através do qual podemos nos ver, onde a antiga dicotomia “individual/coletivo” se reorganiza na prática e é constantemente testada no cotidiano de seus membros. Se o auto-conhecimento e outros edifícios nas nossas cidades podem aparecer como relacionados à formação de um sujeito individual-singularizado que estabelece relações mais ou menos estreitas com os seus vizinhos, o cooperativa propõe novas formas de relação entre áreas comuns e definições individuais.

D – Novas fronteiras no século 21 na China

Em 2015, um artigo no New York Times (JACOBS, 2015) nos informa que um imaginário utópico foi construído na China e aprovado por seus habitantes. O artigo chamado “A New Frontier for the American West in the Far East”, descreve uma comunidade construída para “imitar a vida no oeste americano”. Seguindo a descrição, entendemos que o oeste americano tomado como modelo para esta comunidade é o do século XVIII não aquele do

século XXI. O novo *farwest* se localiza nos arredores de Pequim e é um exemplo de construção utilizando uma imaginação “utópica” como suporte para suas construções materiais e discursivas. Esta imaginação utópica é caracterizada pelo uso de imagens e imaginações sobre uma realidade alternativa, distante, e por uma interpretação particular da vida no oeste americano do passado. Este imaginário se pauta, em grande medida, por leituras e obras ficcionais do “Velho Oeste” (DELORIA, 1969).

Jackson Hole, na China leva o nome de Jackson Hole, Wyoming (WY), um vale no qual a cidade de Jackson está localizado no Estados Unidos. Jackson, WY tem uma população de cerca de dez mil pessoas e atrai turistas procurando paisagens rurais e atividades ao ar livre como caça, pesca, *rafting*, esqui e caminhadas. Em Jackson Hole na China, não se trata de um vale ou cidade, mas de um conjunto habitacional, para o qual moradores são atraídos por grandes casas rurais, em uma área com poucas outras referências ou relações com a estética e história do oeste americano. Aprendemos com Jacobs:

Durante a última década, mais de mil famílias se instalaram em casas de armação da madeira com quintais requintados, situadas em ruas com nomes tipo Aspen, Moose e Route 66. Aos domingos, alguns rezam em uma igreja situada na praça da cidade, equipada com cowboys de bronze e uma vitrola gigante arrancando água (JACOBS, 2015).

O artigo inclui uma imagem de um residente, o Sr. Qin, sentado à sua janela. Por trás dele vemos paredes de madeira escura e uma lareira de pedra. A rúbrica inclui uma citação na qual o Sr. Qin explica: “Os Estados Unidos representam o deserto e a liberdade, mas também grandes casas”. O tamanho da casa não é pouca

coisa, porque Jackson Hole na China é uma comunidade de luxo que requer riqueza para poder entrar. Alguns de seus habitantes residem apenas nos fins de semana, enquanto outros moram na cidade o ano todo. Outra foto no artigo mostra o exterior da casa, uma mansão de pedra de vários andares.

O *Far West* se tornou um mito exatamente da forma que o Sr. Qin o descreve. Depois da Segunda Guerra Mundial, o arquiteto americano de parques de diversões Walt Disney incluiu noções similares do oeste americano em um de seus parques chamado de “Frontierland”. “*Frontierismo*” refere-se à ocupação do oeste americano pelas populações que formaram os primeiros territórios na costa leste, em propriedades registradas por documentos legais. Esta versão do oeste americano exige o esquecimento do fato de que essas áreas já eram habitadas por tribos indígenas, com códigos sociais, costumes e imaginações que moldaram suas relações com a terra e suas formas de construir estruturas de habitação.

O farewest chinês inclui interações sociais prescritas sob a forma de eventos planejados para a comunidade. “... os residentes gostam de falar sobre o que eles chamam de abertura e calor de inspiração americana de Jackson Hole. Os desconhecidos se saúdam uns aos outros enquanto passeiam ao longo das ruas e referem-se uns aos outros por apelidos carinhosos como “Vanilla”, “Little Lion” e “Old Hooligan.” Um morador atribui essa simpatia ao caráter norte-americano destas construções, “a cidade definitivamente não é como outros lugares na China, diz ele. Nas cidades chinesas, você pode viver em um lugar por anos e nunca conhecer as pessoas que moram do outro lado da sua parede”.

Há grupos de passatempo chamados “tribos de coleta de sonho”, uma apropriação dos costumes de tribos indígenas, alinhada com o fronteirismo americano, como se a participação em um grupo de passatempo fosse semelhante à adesão tribal. Para os

índios americanos, o velho oeste foi um período de conflito por terra, por legibilidade, por cultura e vida. Diabolizadas e caçadas, suas populações foram removidas, abrindo o caminho para uma visão do oeste como um espaço selvagem e desabitado.

De acordo com Kashani-Sabet (2000), a principal fonte de ficções sobre o *farwest*, narrativa que confere bases ao nacionalismo norte-americano, são os conflitos em torno das terras. Um lugar não é capaz de revelar que grupos podem ocupá-lo livremente, sem a ameaça de remoção por outro grupo que contesta sua legitimidade. Em vez disso, as pessoas inventam formas de determinar quem tem o direito de ocupação e se utilizam de tecnologias e elementos concretos para competir por este espaço. A narrativa do *farwest* continua a fluir mesmo nos EUA, onde o Velho Oeste já perdeu suas características retratadas por filmes e obras ficcionais - para muitos, estas características nunca existiram de fato. Na verdade, a narrativa do Velho Oeste requer a crença que uma terra que não foi habitada pelos nossos próprios compatriotas, sendo uma terra desabitada, uma terra de ninguém.

Na China, quem possui os recursos para viver no “sonho” de Jackson Hole? Quem é excluído deste espaço? Que consequências são esperadas para aqueles que romperem seus limites? O artigo descreve que os primeiros habitantes de Jackson Hole chegaram de Audi e Land Rover, com as malas cheias de vinho francês. A descrição destaca os recursos financeiros e sociais suportando o crescimento desta utopia. É um ambiente remoto com uma população selecionada apoiando a construção de infraestruturas - habitação, escolas, entretenimento - à imagem de uma sociedade ideal, de um imaginário de vida ocidental altamente desejado.

Olhando para a utopia de Jackson Hole na China através do quadro dos imaginários sociotécnicos, é possível perceber a presença de novas utopias reproduzindo uma versão da história

que ignora conflitos e abusos de poder, e é substituída por uma abundância particular para uma população escolhida. Para que os “outros espaços” sejam mais do que uma reprodução imaginada do outro, precisamos examinar criticamente as crenças coletivas que constroem os espaços utópicos, e quais crenças e grupos encontram espaço de resistência e luta por novas utopias.

Conclusão

Neste artigo, retomamos o aspecto situado das utopias, tanto quanto a necessidade de considerar relações sociais e espaciais na conformação de imaginários coletivos orientados a um “futuro desejado”. As utopias remetem à resistência, à luta, à transformação social. Entretanto, elas são diferentemente imaginadas, de acordo com materialidades, contextos, interesses, identidades, sentimento de pertencimento e de legitimidade em relação à ocupação dos espaços. As utopias são perseguidas por diferentes grupos sociais, na tentativa de implementar no presente, imaginações que não tem (ainda) seu lugar – imaginações *utópicas*.

Buscamos ressaltar, a partir das perspectivas de Foucault e de Jasanoff e Kim, a importância de reconhecer o espaço original na conceituação das novas utopias. Da mesma forma, discordamos de uma visão de que, em algum momento, as utopias perderam seu espaço. Utopias, como formas imaginadas e coletivamente perseguidas, permanecem vivas e atuando nos usos e conformações dos espaços, vividos ou imaginados.

A discussão de imaginários sociotécnicos traz à luz a necessidade de consideração de elementos materiais, valores e sistemas sociotécnicos, na produção e reprodução de opções de vida social. Ao trazer imaginários sociotécnicos e heterotopias em conjunto para analisar os casos diferentes, propomos que esses fundamentos

teóricos são complementares para a divulgação de elementos presentes de pensamento e ação utópica. Eles oferecem pistas importantes sobre como heterotopias podem trabalhar para oferecer as visões que embasam as transformações sociais em grupos que compartilham uma identidade comum e espacial: sejam eles ocupantes em uma ZAD, alunos e suas escolas, moradores e suas habitações cooperativas, chineses abastados e seu refúgio americano. Nestes exemplos, há uma reprodução das fronteiras da coletividade e uma constante redefinição de suas relações, algumas vezes contrapondo-se às associações homem/espaço/sociedade mais tradicionais.

Um objetivo central do ensaio foi abordar a noção de espaço enquanto “espaço experimental”, no qual diferentes ações são empreendidas e testadas na prática. A abordagem proposta permitiu testar diferentes versões da heterotopia como conceito de trabalho, orientado à ação. Chamamos a atenção para exemplos de resistência em curso, que muitas vezes ocorrem à margem dos espaços considerados centrais na reprodução social – governos, cortes, organizações de governança, grandes empresas, entre outros. Assim, selecionaram-se exemplos de luta, sem que se recorresse à utopia enquanto mundo radicalmente distinto e dissociado da realidade.

Ao buscar casos de utopia no cotidiano, faz-se necessário apontar para a consideração das contingências dos locais, significações, materialidades e pessoas envolvidos nas disputas por transformação do espaço. Em todos os casos, há uma infraestrutura superior – legal, organizacional, política – com a qual as reconfigurações necessitam lutar ou negociar.

O caso do aeroporto NDDL ilustra a possível justaposição de utopias diferentes e a importância da interação e ocupação do espaço na formação e estabilização de heterotopia. Como tal, heterotopia não são espaços contidos independentes, mas encontram-se

imersos em disputas pela legitimidade e garantia de um futuro alternativo desejado coletivamente. Ele também mostra como a ocupação consiste em um recurso essencial para concretizar uma heterotopia minoria. O movimento de ocupação escolar em São Paulo também demonstrou a capacidade de imaginar e resistir frente a uma cultura de gestão muitas vezes repressiva e justificada por decisões tecnocráticas. Como em Notre-Dame de Landes, o modelo de ocupação foi baseada em um espaço específico e um imaginário compartilhado sobre a forma de ocupação.

O caso do condomínio de luxo na China e as habitações comunitárias na Suíça também apresentam formas específicas e compartilhadas de imaginação que rompem com os formatos sociotécnicos de moradia tradicionalmente estabelecidos. A utopia, nestes exemplos, é demarcada pela capacidade de reproduzir uma versão específica do frontierismo americano, tanto quanto de garantir um modelo alternativo de moradia, cooperativo.

A perspectiva situada da utopia, retomando o lugar foucaultiano ao qual estamos presos, juntamente com a capacidade de imaginar diferentes destinos daqueles que são impostos, levantados pela perspectiva dos imaginários coletivos, foram fundamentais para mostrar como uma utopia estão presentes, sendo constantemente revividas e reproduzidas. Demos atenção aos detalhes e realizações práticas de visões alternativas, mostrando o seu funcionamento e peculiaridades, e insistimos nas ligações identitárias e reproduzidas coletivamente em busca de cada utopia.

Referências

AUGÉ, M. **Des lieux aux non-lieux**. Non-Lieux. Introduction à une anthropologie da surmodernité. Paris : Seuil, 1992.

BOWKER, G.; BAKER, K.; MILLERAND, F. et al. Toward Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment. In: Hunsinger, Jeremy; Klasturp, Lisbeth; Allen, Matthew (éds), **International Handbook of Internet Research**. Dordrecht: Springer: Netherlands, p.97-117, 2009.

BOWKER, G.; STAR, S.L. **Sorting things out**: classification and its consequences. Cambridge Mass.:The MIT Press, 1999. (Inside technology).

DAUGUET, B. Biodiversity offsetting as a commodification process: a French case study as a concrete example. **Biological Conservation**, n.192, p.533-540. 2015.

DELORIA, V. **Custer Died for Your Sins**: An Indian Manifesto. University of Oklahoma Press, 1969.

DEUS, L. Entenda a evolução das ocupações de escolas em São Paulo. **Revista Educação**. Retrieved from: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/0/entenda-a-evolucao-das-ocupacoes-de-escolas-em-sao-paulo-366953-1.asp>> Acesso em: 18 dec.2015.

EDWARDS, P. N. Infrastructure and Modernity: Force, Time, and Social Organization in the History of Sociotechnical Systems. In: MISA, T. J.; BREY, P.; FEENBERG, A. (Eds.). **Modernity and Technology**. Cambridge Mass: MIT Press, p.185-226, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis:Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Le corps utopique, les hétérotopies**. Paris: Nouvelles Editions Lignes, 2009.

GAGLIARDI, P. **Symbols and Artifacts**: Views of the Corporate Landscape. Walter de Gruyter, 1990.

HARAWAY, D., D. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v.14, n.3, p.575-599, 1988.

JACOBS, A. Living a Frontier Dream on the Outskirts of China's Capital. **The New York Times**. Retrieved from: < <http://www.nytimes.com/2015/12/09/world/asia/a-new-frontier-for-the-american-west-in-the-far-east.html>>. Acesso em: 8 dec. 2015.

JASANOFF, S.; KIM, S.-H. Containing the Atom: Sociotechnical Imaginaries and Nuclear Power in the United States and South Korea. **Minerva**, n.47, p.119-146, 2009.

JASANOFF, S.; KIM, S.-H. (Eds.). **Dreamscapes**. University of Chicago Press, 2015.

KASHANI-SABET, F. **Frontier Fictions**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

MORE, T. **Utopia**. Tradução de Dominic Baker-Smith. E-book: Penguin classics, 2012.

RESENDE, P. **Estudantes ocupam mais escolas em ato contra OSs na Educação, em GO**. G1.com. Retrieved from: < <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/estudantes-ocupam-mais-escolas-em-ato-contr-oss-na-educacao-em-go.html>>. Acesso em: 14 dec.2015.

SANTIAGO, T. **Alckmin oficializa revogação da reorganização internacional em São Paulo**. G1.com. Retrieved from: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/alckmin-oficializa-revogacao-da-reorganizacao-escolar-em-sao-paulo.html>> Acesso em: 5 dec. 2015.

STAR, S.L.; RUHLEDER, K. Steps Towards An Ecology Of Infrastructure: Complex Problems. In Design And Access For Large-Scale Collaborative Systems, In: Proceedings Of The 1994 ACM **Conference On Computer Supported Cooperative Work**, ACM, p.253–264. 1994.